

Programa econômico e política cambial

Glenn D. Brasel

Os economistas que o dr. Tancredo Neves incumbiu de traçar um Programa de Ação do governo haviam encarecido a importância da exportação de produtos manufaturados para a sustentação do crescimento econômico nacional. Não obstante, há motivos para perguntar se as teses que o ministro do Planejamento, sr. João Sayad, defendeu perante a Câmara de Deputados, bem como a política salarial que, após a greve dos bancários, vem sendo executada pelo governo, não representam risco para o futuro das exportações do País.

Importa ressaltar que, no momento, o que está em jogo não é somente a situação cambial — que até agora veio melhorando sensivelmente, graças ao superávit da balança comercial —, mas também a própria taxa de crescimento econômico. Não há dúvida de que, após a crise da dívida externa, os países endividados que se saíram melhor foram os que conseguiram intensificar suas exportações. Poder-se-ia apontar como exemplo a Coreia do Sul, cujo PIB acusou, em 1984, crescimento de 7,5%, e cujas exportações cresceram

13,3%. Quanto ao Brasil, se suas exportações não tivessem registrado aumento de 23,3% (especialmente as de produtos manufaturados), certamente não teria conseguido assegurar a seu PIB, no ano passado, crescimento de 4,5%.

Convém lembrar as condições que permitiram a nosso país manter as exportações, nestes últimos anos, em bom ritmo de crescimento, de modo a alcançar a média anual de 14,3% no decênio 1974/84. Entre essas condições, merecem realce, a nosso ver, a taxa cambial realista, a comedida elevação dos salários e a obtenção de insumos a preços mais baixos do que os concorrentes, notadamente a de energia e, em especial, da energia de fonte hidrelétrica. Ora, parece-nos que não convém, de modo algum, ao País, abrir mão destas conquistas, da noite para o dia.

O ministro João Sayad fez saber aos deputados que, no próximo ano, antes mesmo de proceder a uma reforma mais completa do sistema tributário, o governo terá de aumentar a carga tributária mediante uma recuperação das receitas provenientes

dos impostos indiretos, do aumento das receitas para-fiscais (tipo Finsocial) e da majoração das contribuições destinadas à Previdência Social. Serão também reajustadas as tarifas de serviços públicos e os preços administrados pelo governo, entre os quais, por exemplo, os dos produtos siderúrgicos. Ora, não devemos iludir-nos: o único efeito desses aumentos será uma alta dos custos, fatalmente transferida para os consumidores finais.

A situação agravar-se-á em decorrência dos efeitos da nova política salarial sobre tais preços. O chefe da Secretaria Especial de Assuntos Econômicos do Ministério da Fazenda, economista Luiz Gonzaga Belluzzo, lembra que, de janeiro a julho, os salários médios na indústria paulista cresceram, em valor real, 9% e que a massa salarial aumentou, no mesmo período, 16%, graças ao crescimento do número de empregos. Podemos aguardar e preparar-nos para uma elevação maior dos preços em consequência da política de recuperação salarial, que logo irá generalizar-se.

Poder-se-ia imaginar que, com a

taxa cambial reajustada de acordo com a inflação interna, não há motivos para recear uma redução da capacidade nacional de concorrência. Pura ilusão. Em primeiro lugar, deve-se notar que, se o País entrar em processo de inflação acelerada, os exportadores não mais terão possibilidade de fixar seus preços com antecedência, ou, se o fizerem, terão de fazê-lo com uma margem de segurança que deixará o País em posição de inferioridade no mercado internacional. Em segundo lugar, não se deve esquecer que o reajuste cambial se faz tomando por base a inflação média, enquanto o exportador estabelece seus preços considerando os custos reais. Ora, se, nos custos dos produtos exportados, o peso de certos insumos, como salário e energia, está crescendo (como consequência da política atual), o exportador será levado a exigir preço mais alto, que deixará o País à margem do mercado.

A ameaça é real, e grave, porque pode não só arrastar o País à situação de insolvência externa como também converter-se em poderoso fator de desemprego.

10 SET 1985

ESTADO DE SÃO PAULO